



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO**

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. DO OBJETO**

Sistema de Registro de Preços visando a aquisição de 02 Sulcadores tratorizados de 01 (uma) linha, modelo para plantio de cana-de-açúcar, para realizar serviços de mecanização e fomento às ações de estruturação e fortalecimento da cadeia produtiva, por meio de aumento na eficiência das atividades e melhoria da qualidade da produção, visando o aumento da rentabilidade das atividades agropecuárias e o acesso qualificado ao mercado pelos agricultores aderidos aos Programa Municipal de Mecanização Agrícola e Desenvolvimento Agropecuário Porteira Adentro do Município de Alto Paraíso-RO, conforme Lei Municipal nº 1.282/2018 e Decreto Municipal regulamentador nº 3.675/2021 (em anexo).

### **2. DESCRIÇÃO DO MATERIAL PRETENDIDO**

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AGRÍCOLA, SENDO: 02 SULCADORES TRATORIZADOS DE 01 (UMA) LINHA, MODELO PARA PLANTIO DE CANA-DE-AÇÚCAR, sendo a estrutura composta por vigas tubulares de metal, com largura total de 930 mm, altura total de 1.415 mm e altura livre de 710 mm. Deve possuir cabeçalho de engate de 3 pontos, sistema para regulagem de abertura da haste sulcadora e bico da haste sulcadora de alta resistência. Ser compatível com trator de 80 cv de potência. A marca/implemento deve possuir Garantia de no mínimo 1 ano e possuir Assistência Técnica física devidamente homologada pelo fabricante no Estado de Rondônia. Garantia mínima de 2 anos e possuir Assistência Técnica física devidamente homologada pelo fabricante no Estado de Rondônia.

### **3. JUSTIFICATIVA**

Diante do exposto na descrição da necessidade de aquisição, visamos além de estimular e fortalecer a produção sustentável, contribuir para desenvolver a agricultura local, evitando principalmente que ocorram degradações do meio ambiente, o êxodo rural, a expansão de monoculturas e a diminuição da diversidade de cultivos e atividades agropecuárias em nossos campos.

O Programa Porteira Adentro cujo qual o objeto desse Estudo faz parte, entre outros, visa o fomento das atividades produtivas em propriedades rurais aderidas ao programa. O Projeto visa a consolidação de práticas sustentáveis de uso e de aproveitamento de recursos naturais para o desenvolvimento local, além de colaborar com a redução do desmatamento e a pressão sobre áreas remanescentes de floresta.

Ressalta-se que a aquisição dos implementos aqui buscados (02 Sulcadores tratorizados), pode ser justificada pelo fato da existência do já disponível saldo em Recurso Próprio, através do repasse de emenda impositiva

da Câmara Municipal de Vereadores no valor de R\$ 11.288,71 (Onze mil, duzentos e oitenta e oito reais e setenta e um centavos).

O uso de máquinas agrícolas e seus implementos, incluídos neste os 02 Sulcadores tratorizados trabalhando em conjunto com os agricultores permitirá a estes prepararem seus solos de cultivo em tempo hábil e com maior qualidade, correspondendo em maiores produtividades e menor custo agregado, ou seja, maiores rendimentos.

Com o uso de 02 Sulcadores tratorizados, a Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura estará levando tecnologia para o campo e estará fomentando o desenvolvimento dos pequenos agricultores rurais familiares, que são os maiores responsáveis pela produção de alimentos in natura consumidos no dia a dia, sendo estes também os maiores responsáveis pela absorção da mão-de-obra local e ainda pela movimentação de capital financeiro que circula a nível municipal, ou seja, o investimento em 02 Sulcadores tratorizados, por consequência, é um significativo investimento no desenvolvimento de todo o município.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A aquisição objeto desse estudo, tem amparo legal na Lei Municipal nº 1.282/2018 e Decreto Municipal regulamentador nº 3.675/2021, demais legislações aplicáveis a este evento e nas condições e exigências descritas no Edital, nas demais prescrições aplicáveis ao assunto, principalmente quanto aos requisitos legais para habilitação jurídica previstos na lei de licitação.

5. DESCRIÇÃO DO MATERIAL A SER ADQUIRIDO

Descrição dos materiais:

Item	Unidade	Descrição	Quantidade
1	Und	Sulcador tratorizado de 01 (uma) linha, modelo para plantio de cana-de-açúcar	02

5.1. A proposta deverá conter a descrição do implemento, quantidade, valor unitário, valor total e validade da proposta.

6. PRAZO, FORMA E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS

6.1 Os Sulcadores tratorizados deverão ser entregues pela empresa fornecedora, conforme ordem de fornecimento emitida (nota de empenho/requisição), no município de Alto Paraíso, nas dependências da sede da Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRI-AP), e sob o acompanhamento de seus servidores.

6.2 O prazo de entrega será de até no máximo 45 (quarenta e cinco) dias, sendo este contado a partir da data de recebimento pela empresa fornecedora da Ordem de Compra e/ou da Nota de Empenho expedida pelo setor competente.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Alto Paraíso RO;  
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.06.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio (SEMAGRI);  
PROJETO ATIVIDADE: 04 122 1002 2004 0000;  
ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00;  
FICHA: 135.

## **8. DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento será realizado em até 30 dias após a entrega dos implementos;
- 8.2. A empresa fornecedora deverá apresentar a Nota Fiscal com a descrição dos materiais, quantidade discriminada e acompanhada da requisição dos mesmos;
- 8.3. O pagamento somente será efetivado depois de verificada a regularidade fiscal da empresa fornecedora, ficando a mesma ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ser renovadas no prazo de seus vencimentos;
- 8.4. A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/RO não efetua pagamento antecipado, portanto, não serão considerados os itens das propostas que assim se apresentarem.

## **9. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

O prazo de vigência será de 2 (dois) anos e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Os Contratos oriundos da Ata do Pregão Eletrônico terão vigência regulamentada nos termos do art. 105, da Lei Federal nº 14.133/21 e vigorarão a partir de sua assinatura, computadas neste as eventuais prorrogações até o prazo máximo admitido em lei caso haja interesse das partes envolvidas e desde que continue se mostrando mais vantajoso à continuidade da contratação.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA CONTRATADA**

- a) Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-la na execução do contrato;
- b) Manter durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas em licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- c) Entregar os itens de acordo com os prazos e especificações constantes;
- d) Substituir às suas expensas, no total ou em parte (de acordo com a necessidade), os implementos em que se verificarem defeitos ou incorreções;
- e) Não serão aceitos, em hipótese alguma, produtos fora dos padrões de qualidade exigidos;

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Assegurar os Recursos Orçamentários e Financeiros para custear a despesa;

Acompanhar, controlar e avaliar o fornecimento do implemento, através da unidade responsável por esta atribuição;

Zelar para que durante a vigência do contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas com a contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na execução do objeto;

Considerar para efeito de pagamento o equipamento efetivamente entregue pela contratada e aprovados pelo setor responsável pelo recebimento;

Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com o contrato;

Comunicar e Notificar a empresa qualquer falha verificada no cumprimento do objeto contratado.

## **2. DO TERMO CONTRATUAL/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 2.1. Para a prestação e comprovação do equipamento aqui especificado, decorrentes da Ata de Registro de Preços, será no que couber nos moldes do Art. 95, da Lei nº. 14.133/21;
- 2.2. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados do (a) sua assinatura, prorrogável na forma da Lei nº 14.133/2021.

## **3. DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DOS PREÇOS**

- 3.1. Durante a vigência do contrato os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas na ocorrência de situação prevista na alínea d do inciso II do art. 124 da Lei nº. 14.133/21, ou no caso de redução ou aumento dos preços praticados no mercado.
- 3.2. O preço registrado poderá ser revisto em face de eventual aumento ou redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados.
- 3.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ou inferior ao preço praticado no mercado a parte interessada fará convocação visando à negociação para redução ou aumento de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado, devidamente fundamentada.
- 3.4. Frustrada a negociação, AS PARTES poderão ser liberadas do compromisso assumido, por mútuo acordo entre si.
- 3.5. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea d do inciso II do art. 124 da Lei nº. 14.133/21, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o contrato e iniciar outro processo licitatório.
- 3.6. O contrato poderá ser alterado, nos casos previstos acima elencados, sempre através de termo aditivo, numerados em ordem crescente.

## **4. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

4.1 As quantidades inicialmente contratadas poderão ser acrescidas ou suprimidas dentro do limite previsto no artigo 125 da Lei nº. 14.133/21.

## **5. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

IV) Multa:

(1) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## **16. DA RESCISÃO**

16.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento administrativo;

16.2. Constituem motivos para rescisão do contrato, no que couberem, as hipóteses previstas no artigo 137 da Lei 14.133/21;

16.3. A rescisão contratual poderá ocorrer nas condições e formas previstas no artigo 138 da Lei 14.133/21 e suas alterações;

## **17. MEDIDAS ACAUTELADORAS**

17.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## **18. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Qualquer divergência ou alteração que se faça necessárias neste Termo de Referência serão resolvidas pela Prefeitura Municipal de Alto Paraíso.

O objeto do referido processo será atendido pela empresa vencedora no certame Licitatório realizado pela Comissão Permanente de Licitação.

Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor, enquanto pendente de liquidação.

Qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

O presente Termo de Referência foi requisitado e elaborado através de informações prestadas pela Secretaria Municipal de Agricultura, conforme as necessidades, no uso de suas atribuições legais e normativas aplicáveis, sendo objeto do exame e com concordância do Ordenador de Despesas.

Maiores informações poderão ser adquiridas pelo e-mail: [semagriap@gmail.com](mailto:semagriap@gmail.com), ou na sede da Secretaria Municipal de Agricultura, Industria e Comercio (SEMAGRI), situada na Rua Amazonas, nº 2880, Bairro Sol Poente, Alto Paraíso, Rondônia, no horário das 07h30min às 13h30min.

---

Rua Marechal Cândido Rondon, 3031 - Centro - Alto Paraíso/RO CEP: 76.862-000  
Contato: (69) 3534-2104 - Site: [www.altoparaíso.ro.gov.br](http://www.altoparaíso.ro.gov.br) - CNPJ: 63.762.025/0001-42

---



Documento assinado eletronicamente por **GILDO FERREIRA DE OLIVEIRA, DESENHISTA**, em 23/10/2024 às 13:10, horário de Alto Paraíso/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 3.202 de 30/06/2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **HERBERT SILVA CARDOSO, SECRETÁRIO MUNICIPAL**, em 25/10/2024 às 09:31, horário de Alto Paraíso/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 3.202 de 30/06/2020](#).



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **JOÃO PAVAN, Prefeito**, em 25/10/2024 às 09:32, horário de Alto Paraíso/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 3.202 de 30/06/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [transparencia.altoparaíso.ro.gov.br](http://transparencia.altoparaíso.ro.gov.br), informando o ID **394437** e o código verificador **50107EDC**.

---

Referência: [Processo nº 1-336/2024](#).

Docto ID: 394437 v1